



**Ata da 44ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Empreendimentos Industriais ou Imobiliários e de Projetos Urbanísticos, realizada no dia 13 de janeiro de 2009.**

Realizou-se, no dia 13 de janeiro de 2009, às 9h00, na Sala de Reuniões do Conselho, a 44ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Empreendimentos Industriais ou Imobiliários e de Projetos Urbanísticos. Compareceram os conselheiros: **Clério Rodrigues da Costa, Evandra Bussolo Barbin, Fredmar Corrêa, Iracy Xavier**. Constavam da pauta: 1) apreciação do Plano de trabalho para elaboração do EIA/RIMA do empreendimento “**Complexo Industrial Aduaneiro da Baixada Santista**”, de responsabilidade da CIESA - S.A., Comércio e Logística Integrados, em Praia Grande (Proc. SMA 2.191/2008); 2) apreciação do Plano de Trabalho para elaboração do EIA/RIMA do empreendimento “**Ampliação Industrial**”, de responsabilidade da Baldin Bioenergia S/A, em Pirassununga (Proc. SMA 2.240/2008); 3) apreciação do Plano de Trabalho para elaboração do EIA/RIMA do empreendimento “**Implantação Industrial**”, de responsabilidade de Thiago Henrique Kastner Barrancos, em Rancharia (Proc.SMA 2.237/2008). Passada meia hora do previsto e depois de declarar abertos os trabalhos, a **Secretária-Executiva Adjunta do Consema, Cecília Martins Pinto**, passou ao primeiro item da pauta, ou seja, apreciação do Plano de Trabalho para elaboração do EIA/RIMA do empreendimento “Complexo Industrial Aduaneiro da Baixada Santista”, de responsabilidade da CIESA – S.A., Comércio e Logística Integrados, em Praia Grande (Proc. SMA 2.191/2008). **Ricardo Bruno** representante do empreendedor fez uma explanação sobre a empresa e passou a palavra a **Fernando Kertzman**, que representando a Geotec Consultoria Ambiental Ltda, empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA, fez uma breve explanação sobre o plano de trabalho. A seguir, passou-se à discussão. **Clério Rodrigues da Costa** pergunta se o imóvel é propriedade do empreendedor e pede mais esclarecimentos sobre a questão de moradias existentes no local, se elas são irregulares e se haverá desocupação em virtude da construção do empreendimento. **Fernando Kertzman** explica que haverá um investidor que construirá a estrutura física do complexo, composto por Galpão Alfandegado, Áreas de Suporte e Apoio e Galpões Modulares, que depois serão alugados. Quanto às ocupações, ele afirma que trata-se de invasões que serão regularizadas mediante doação, e que o empreendedor vai ocupar 1/3 da área do terreno, o que garantirá que as desocupações não irão ocorrer, e que essa questão será competência da Prefeitura local. **Clério da Costa**, enfatiza que é importante que o Conselho e seus representantes sejam informados quanto a eventuais ocorrências. **Evandra Bussolo Barbin** comenta que uma das escolhas da alternativa locacional é a que diz respeito ao custo da montagem. **Fernando Kertzman** diz que não foi o custo da montagem o fator determinante, mas sim o custo final do produto. A logística do porto, tanto no quesito da importação como no da exportação, torna o produto mais barato, lembrando que o custo da distância entre São Paulo e Santos é o mais caro, só para se ter uma idéia, o custo de uma distância de mil quilômetros, por exemplo, entre São Paulo e Minas Gerais é o mesmo entre São Paulo e Santos, esse, portanto foi o fator decisivo na escolha do local. **Evandra Bussolo Barbin** ressalta ainda que um item importante a destacar é de que no EIA/RIMA conste a relação de profissionais qualificados - multi e interdisciplinar - que deverão participar de todo processo que culminará na concessão de licença para o empreendimento. Passou-se ao segundo item da pauta, qual seja, apreciação do Plano de Trabalho para elaboração do EIA/RIMA do empreendimento “**Ampliação Industrial**”, de responsabilidade da Baldin Bioenergia S/A, em Pirassununga (Proc. SMA 2.240/2008). O engenheiro **Homero Tadeu de Carvalho Leite**, representante da PROAMB Engenharia, empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA, fez uma apresentação da empresa e, na sequência, a explanação do plano de trabalho. Passou-se à discussão. **Iracy Xavier** destacou a importância de que conste no EIA/RIMA a adequação do empreendimento de acordo com as novas resoluções, não só no que diz respeito ao zoneamento, como sobre a disposição de vinhaça. **Clério Rodrigues da Costa** pergunta como é feito o fornecimento da cana, qual a procedência. **Fernando Kertzman** explica que a região onde está esse empreendimento é uma área tradicional na agricultura canavieira, que tem como característica os fornecedores tipo spot, ou seja, eles fornecem para



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

diversas usinas, não há contratos específicos, obedecem à política da melhor oferta, e são esses os fornecedores que serão chamados para atender com exclusividade à usina. **Clério Rodrigues** sugere que sejam indicadas as áreas que tenham regularizadas as APPs – Áreas de Proteção Permanente – as áreas de reserva legal e dos fornecedores spots, não só as de sua propriedade como também aquelas arrendadas, e sugere ainda condicionar a aquisição da cana dos fornecedores mediante essas regularizações. **Fernando Kertzman** assegura que todos esses itens estão em andamento e serão observados. Passou-se ao item 3 da pauta, apreciação do Plano de Trabalho para elaboração do EIA/RIMA do empreendimento “**Implantação Industrial**” de responsabilidade de Thiago Henrique Kastner Barrancos, em Rancharia (Proc.SMA 2.237/2008). O engenheiro **Kleber Torezan** da Projec Engenharia Ambiental, responsável pela elaboração do EIA/RIMA apresentou o Plano de Trabalho e a seguir passou-se à discussão. **Clério Rodrigues da Costa** pergunta se a cana será cultivada somente em áreas arrendadas. Em resposta, **Kleber Torezan** informa que haverá uma parceria agrícola entre os proprietários da terra e da usina, e que o contrato prevê a regularização das propriedades. **Clério Rodrigues** sugere então, que se incluam todas as áreas cultiváveis – fornecedores spots, parcerias agrícolas, arrendadas - para que sejam regularizadas e que sejam incluídas as informações sobre as APPs e reserva legal das mesmas. **Iracy Xavier** considera que embora esteja bem acentuada a referência às Unidades de Conservação, bem como sobre fragmentos, que estes últimos sejam bem detalhados, para definição da compensação ambiental, lembrando a importância não só do levantamento mas da identificação de prioridades desses fragmentos para uso no projeto biota e até na criação de Unidades de Proteção. **Evandra Bussolo Barbin** comenta a importância da abordagem das questões relativas às áreas de reserva legal, APPs, entre outros, mas que esses são assuntos que o DAIA se incumbe e aborda com propriedade, mas, chama a atenção para o cuidado que se deve adotar na fase de divulgação do empreendimento, no sentido que não se criem expectativas que podem gerar uma ocupação desordenada. **Kleber Torezan** informa que já foram adotadas medidas nesse sentido e providências para capacitação de mão de obra local. **Clério Rodrigues da Costa**, ao abordar a questão de regularização das áreas de reserva legal, enfatiza a importância de divulgação do recente decreto de nº 53.939, de 6 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural, compensação e composição da área de reserva legal de imóveis rurais no Estado de São Paulo. Depois de verificar que nenhum conselheiro desejava encaminhar alguma outra proposta a **Secretária-Executiva Adjunta**, declarou encerrados os trabalhos. Eu, **Cecilia Martins Pinto**, Secretária-Executiva Adjunta do Consema, lavrei e assinei a presente ata.